



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE
CULTURAL - EEDH**

**(IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR:
UMA AÇÃO INTERVENTIVA PREVENTIVA NO CEF 05 DO PARANOÁ.**

LOHANE FEITOSA DA COSTA

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

LOHANE FEITOSA DA COSTA

**(IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR:
UMA AÇÃO INTERVENTIVA PREVENTIVA NO CEF 05 DO PARANOÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de
Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

BRASÍLIA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Lohane Feitosa da Costa

(IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA AÇÃO INTERVENTIVA PREVENTIVA NO CEF 05 DO PARANOÁ.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural:

Prof. MSc. Eric Sales - UnB
(Professor-orientador)

Profa. MSc. Fabiany Glaura Alencar E
Barbosa - UnB
(Professora Examinadora)

Brasília, 14 de novembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus e todas as energias positivas que me auxiliaram na construção deste trabalho.

A meu orientador Professor Mestre Eric de Sales, que escutou sensivelmente os meus questionamentos e dúvidas, contribuindo generosamente para esta pesquisa.

Às professoras, professores, alunos e alunas do Cef 05 do Paranoá que participaram deste estudo de pesquisa compartilhando suas histórias de vida.

Aos tutores e tutoras do curso.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

O atual trabalho visa criar uma ação interventiva em um espaço escolar para discutir a intolerância religiosa e maneiras combatê-la, criando e fortalecendo uma cultura da paz nos ambientes escolares de forma que esta se estenda para além dos limites escolares, atingindo famílias e se multiplicando. Incentivar o debate sobre intolerância religiosa e suas consequências é o que move esta pesquisa-ação.

Palavras-chave: Intolerância religiosa, Direitos Humanos, Cultura de Paz.

SUMÁRIO

TEMA.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
METODOLOGIA.....	24
INTERVENÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

TEMA

O tema desenvolvido nesta pesquisa-ação é o da intolerância religiosa no ambiente escolar e como esta pode ser reduzida para o desenvolvimento de uma sociedade e cidadãos mais tolerantes e respeitadores da diversidade cultural e religiosa de nosso País.

INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido como o país da aceitação das diferenças e pela constituição de um povo gentil. Mito criado principalmente em meados do século passado, quando se buscava a constituição de uma identidade brasileira, que acabou culminando no mito das três raças.¹ Neste caminho de aceitações e negações um dos temas mais complicados sempre foi o da religiosidade. A aceitação pela diversidade religiosa perpassa as crenças pessoais, quando esta é parte de uma construção histórica político-cultural. A Igreja Católica foi por muitos anos imposta pelo Estado como universal, declarada na constituição 1824 como a religião oficial do Brasil. Desse modo, a união entre o Estado e a Igreja, proclamada pelo imperador Dom Pedro I, trouxe grandes repercussões para a cidadania e vida cotidiana dos brasileiros, onde qualquer outro tipo de manifestação religiosa contrária, não poderia acontecer fora do privado, de acordo com o art. 5º da Constituição de 1824,

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.

Pode-se notar nesta citação, que a liberdade religiosa era tratada de forma medíocre, sob “tolerância”, ou seja, com indulgência para algo que não se podia impedir. Portanto as demais religiões acabam sendo tratadas de forma desigual, sendo limitadas em seus cultos,

A liberdade religiosa limitada daquela época acabava de certo modo manipulando as crenças pessoais da população, esta se dividia entre aquilo que era permitido e estimulado, em contrapartida com aquilo que era tolerado, portanto, ir contra ao que o Estado pregava como “verdade absoluta” seria ir contra ao incontrastável, até porque, o acatólico acabava por se tornar um cidadão brasileiro enfraquecido submisso a um sistema político social sustentado por uma forte relação de interdependência da Igreja.

¹ Mito das três raças se baseia nas concepções de Gilberto Freire e Darcy Ribeiro de que a formação do brasileiro ocorreu pela junção “pacífica” dos povos indígenas, negros e brancos. Para maiores detalhes ver Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire.

Foi assim que o Catolicismo Romano se expandiu pelo Brasil sendo por muitos anos, cultuado com muito respeito e aceitação, enquanto os seguidores das demais religiões deparavam o tempo todo com o forte sentimento de exclusão, já que os principais acontecimentos da vida humana como nascimento, casamento e morte, só podiam ser marcados pela celebração da Igreja Católica, bem como, todos poderiam ser nomeados deputados e fazer parte das eleições para Assembleia Geral, conforme disposto no caput do art. 95 e no inciso III da constituição de 1824, com exceção aos que não professavam a Religião do Estado.

Embora o Catolicismo Romano tenha sido eleito à religião oficial no Império do Brasil, ainda assim, foi obrigado a conviver com outras religiões que aconteciam dentro da “tolerância” permitida na Constituição. Desde a colonização do nosso país, os índios que já habitavam essa terra, possuíam crenças e rituais religiosos muito diversificados, devido a cultura indígena ter origem de países diferentes se torna complexo estipular um modo indígena de manifestar sua religiosidade e entendimento único sobre o “Ser Superior” que eles cultuam, mas podemos classificar de modo superficial como xamanismo, totemismo e animismo, que são os principais rituais dentro dessa cultura. Sabe-se que os missionários católicos tentaram catequizar a população indígena, interpretando alguns símbolos místicos como cristãos, o que diversificou ainda mais a religião indígena, porém os índios possuíam liberdade declarada pelo marquês de Pombal em 1750, algo que foi alvo de muita discussão e polêmica na época, pois os jesuítas e colonos disputavam direitos exclusivos sobre os povos indígenas, e a partir dessa liberdade que os índios mantiveram sua cultura religiosa mesmo com algumas influências católicas.

Os africanos negros por sua vez não possuíam liberdade de expressão religiosa devido a sua condição de escravo, mesmo assim, para manifestar suas crenças passaram a associar os orixás aos santos católicos, criando um sincretismo religioso, construindo religiões afro-brasileiras presentes atualmente em diversos lugares do nosso país.

Diante dessas religiões que aconteciam no privado, o catolicismo não se incomodava até o surgimento da Reforma Protestante que criticou alguns direcionamentos da Igreja Católica, que de acordo com Martinho Lutero, não condiziam com os ensinamentos da Bíblia, ele criticou principalmente a venda de indulgências pregada pelo Papa Leão X, o que ocasionou no rompimento de Lutero

com a igreja católica, passando a influenciar teólogos contemporâneos, como o francês Calvino, e com isso o surgimento de novas igrejas.

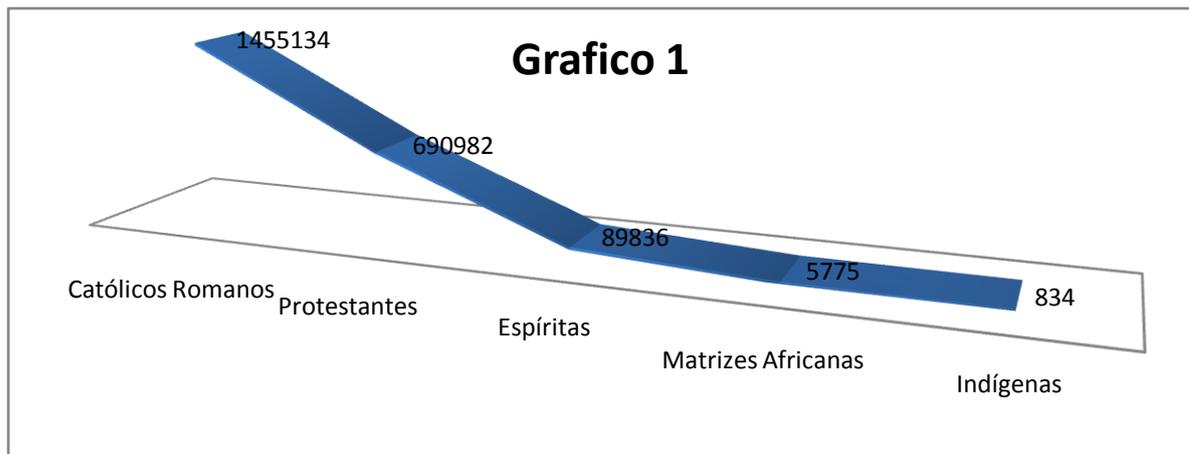
No Brasil, o protestantismo teve seu fortalecimento após a Proclamação da República, na Constituição Federal de 1891 o Estado rompe com a igreja estabelecendo caráter laico do país, permitindo a manifestação de outras crenças e rituais de celebração da vida. É nesse espaço que as igrejas protestantes, pentecostais e neopentecostais conquistam as crenças de parte da população brasileira.

O Espiritismo que tinha suas práticas em sigilo no período imperial permaneceu sendo perseguido durante o início da República, de acordo com o Art. 157 do Código Penal da segunda constituição brasileira, era atribuído ao espiritismo à prática da magia e curandeísmo, o que era rigorosamente proibido:

É crime praticar o Espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. Pena: prisão celular de 1 a 6 meses e multa de 100\$000 a 500\$000.

Mesmo com as reuniões espíritas proibidas e perseguidas, o espiritismo continuava a se propagar pelas publicações da época. Foi em meados de 1930, que o espiritismo teve grandes discussões motivadas pelas publicações de Chico Xavier. Muito criticado na época, por meio de sua luta e ensinamentos o Espiritismo ganhou um espaço expressivo no país.

Diante da queda do índice de seguidores da igreja católica, o Concílio do Vaticano II realizou uma série de conferências de 1962 a 1965, as quais discutiam a renovação na igreja na tentativa de resgatar fiéis afastados, e assim aconteceu, hoje se torna perceptível a mudança da igreja católica tradicional para a renovada. Embora a igreja Católica tenha perdido muitos fiéis, ainda hoje ela permanece liderando a maior parte da população. De acordo com o censo 2010 do IBGE, no Distrito Federal a maior parte da população do DF segue a religião católica:



A presença de diversas culturas religiosas no Brasil, desde o início de sua colonização, é um assunto marcado pelo preconceito e rejeição. Acontecimentos trágicos recentes apontam que a discriminação devido à intolerância religiosa, tem gerado violência entre as pessoas e está cada vez mais aflorada.

Em 2014, o Disk 100, número telefônico destinado a ligação para denúncias de violências no Brasil, registrou 149 casos de discriminação religiosa, embora o número seja menor que 2013, que foram 228 casos, situações extraordinárias mostram a gravidade do assunto: Kayllane Campos, 11 anos de idade, foi agredida com pedradas em 11 de junho de 2015, quando saía de uma cerimônia candomblé no Rio de Janeiro; em junho de 2014, no Sertão da Paraíba um grupo quebrou e queimou imagem da Santa na porta da igreja; em novembro de 2012, 13 alunos do Ensino Médio de uma de escola pública de Manaus protestaram se recusando a realizar atividade sobre a cultura afro-brasileira, alegando “princípios religiosos”; em dezembro de 2007 foi promulgada a Lei de combate a intolerância religiosa 11.635/2007 que institui o dia 21 de janeiro como o dia do combate a intolerância religiosa, a qual faz homenagem à mãe de santo Gilda, que teve seu terreiro invadido e depredado por fanáticos de outra crença, além de ter sua foto exposta em uma igreja como alvo de discriminação. Casos como estes que geraram polêmica na mídia brasileira são preocupantes, pois expõe o modo como a diversidade religiosa vem sendo tratada nas comunidades.

Com a crescente onda de violência e intolerância religiosa o tema foi me instigando, ao ponto que recentemente tive contato com uma adolescente do CEM 404 de Santa Maria, que relatou ser discriminada por viver em uma Comunidade do Santo Daime e segue o xamanismo indígena. O/A jovem relatou sobre os

preconceitos sofridos na escola, que incluem práticas de *bullying* pelos colegas, assim como constantes xingamentos de “macumbeira”.

Em uma realidade de crescente culto da violência e não de uma cultura da educação para paz, verifico há necessidade de intervir para que a discriminação que extrapola a paz nas escolas seja interrompida, de forma a construir uma educação em Direitos Humanos para a diversidade cultural, desenvolvendo nesse trabalho o tema (In) Tolerância Religiosa no Ambiente Escolar: Uma Ação Interventiva no CEF 05 do Paranoá.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Geral

Compreender a perspectiva da criança e do adolescente do CEF05 do Paranoá sobre intolerância religiosa e, assim, criar uma ação interventiva preventiva sobre o tema.

Específicos:

- Estudar o que é a intolerância religiosa e suas consequências;
- Verificar por meio de conversas o entendimento dos alunos sobre intolerância religiosa;
- Abordar, por meio de ação prática, o que é intolerância religiosa e suas consequências, e realizar ação interventiva preventiva sobre o tema.

PROBLEMATIZAÇÃO

A questão da intolerância religiosa é uma problemática atual na sociedade brasileira, os noticiários estão trazendo informações sobre ataques e destruição a locais destinados aos rituais religiosos, principalmente em terreiros de candomblé, o que evidencia uma sociedade ainda marcada pelo preconceito, gerando violência e discriminação entre os povos. A escola sendo um espaço de diversidade se torna o local ideal para discutir e educar pessoas para o respeito mútuo e liberdade religiosa, designada na nossa própria Constituição Federal, no seu Art. 5 inciso VI:

é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Educar em Direitos Humanos para a Diversidade Cultural se torna uma prática extremamente importante nesse contexto, já que podemos observar experiências relatadas de um jovem sobre *bullying* sofrido na escola devido a sua crença religiosa, demonstrando que a instituição escolar pode estar sendo um espaço propício à intolerância religiosa e demais comportamentos discriminatórios.

Inicialmente esta pesquisa seria desenvolvida na escola CEM 404 de Santa Maria, local declarado pelo jovem vítima de *bullying*, porém devido a organização e cronograma institucional não foi possível, mas o diretor Ricardo Rocha, foi entrevistado e relatou situações observadas na escola que fortaleceram a necessidade de pesquisar sobre a temática:

Há alguns anos atrás, o professor de Sociologia, desenvolveu um trabalho sobre a cultura Afro-brasileira, onde os alunos deveriam apresentar uma peça teatral, e os pais contestaram (SIC).

Diante da impossibilidade de realizar a ação no CEM 404, meu orientador sugeriu que trabalhasse na escola em que ele atua como vice-diretor, qual seja, o CEF 05 do Paranoá.

Segundo relatos de meu orientador, assim como do corpo docente, o CEF 05 do Paranoá

É uma escola que foi aberta no início do ano de 2015 (16 de março de 2015), em resposta a necessidade de criação de mais vagas escolares no Paranoá. A escola surge da união e reivindicação dos moradores da cidade que se depararam, no início do ano, com a possível transferência dos filhos para escolas localizadas no Plano Piloto e no Cruzeiro. A situação gerou uma mobilização dos integrantes da rede social e da população que apontou como solução o aluguel de um prédio que onde funcionou uma escola privada.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal se movimentou e alugou o prédio. Ocorreu o atendimento a demanda dos moradores e o ano letivo teve início no dia 16 de março de 2015, diferente das outras escolas da rede pública, que iniciaram o ano letivo em 23 de fevereiro.

Ainda na fala do vice-diretor, um ponto a se destacar é os alunos e alunas que foram matriculados nesta escola estavam ou estão com idade acima de 14 anos e todos estão fora do fluxo idade/série. As alunas e alunos estavam em uma faixa etária acima dos 14 anos.

Além da distorção idade/série, outro fator é que os discentes residiam em diferentes partes da cidade integrando, em grande parte, diferentes gangues, o que colaborou para gerar tensões, brigas e certa instabilidade no começo da escola. Nesse contexto, a própria gestão da escola refletiu este quadro, pois o primeiro diretor renunciou o cargo, e no mês de abril a atual direção assumiu a escola.

Ocorreu um trabalho em conjunto com o Batalhão Escolar, de forma a combater a violência e o tráfico de drogas. Atualmente a escola, localizada na Transversal do Paranoá, quadra 25 lotes 03/04 19/20, a escola conta com, aproximadamente mil alunos, divididos em 36 turmas (18 manhã e 18 tarde), funciona com vários projetos, o que possibilitou a abertura para realização da ação interventiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar o referencial é necessário compreender um conceito importante, o de diversidade cultural. A definição pode parecer simples, contudo diversidade cultural, ou multiculturalismo, é mais complexo do que parece, sendo apontada como

o direito de o sujeito ser diferente em suas formas de pensar e agir. Ora, a diversidade cultural se revela como um fato inelutável, já que é também uma marca constitutiva da realidade dos povos. Não se trata, portanto, de ser ou não a favor de sua existência. Ele existe porque as sociedades são plurais em sua essência, já que são constituídas por pessoas e grupos pertencentes a distintos universos culturais. O desafio consiste em fazer com que as diferenças possam se transformar em um instrumental intercultural capaz de arrefecer as desigualdades e conflitos, ou seja, fazer com que as diferenças possam ser a força motriz de uma sociedade democrática e pluralista. (PEQUENOL, 2013: p. 101)

Contudo, desde sempre houve uma constante em reduzir o *multi* ao *mono*, isto é, grupos majoritários nas sociedades humanas tentaram e tentam impor uma visão de mundo, sem respeitar as diversas minorias étnico, religiosas, sexuais, etc. Para Pequenol,

a imposição de valores hegemônicos, fomentados pelo chamado pensamento único, destina-se a unificar as múltiplas visões de mundo e a reduzir a rica e complexa malha multicultural de povos e nações a uma espécie de monocultura. Esta, por sua vez, baseia-se na defesa de um *modus vivendi* pretensamente superior a ser adotado por todos os indivíduos. (PEQUENOL, 2013: p. 102)

Quando se age no bojo de um reducionismo da multiculturalidade para um monoculturalismo ocorre o risco de ações de intolerância com os grupos minoritários. Intolerância pode ser vista como um conjunto de atitudes e ideologias, de um determinado grupo que se sente superior a outros, e que tem ações ofensivas a diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos, podendo ocorrer dessas ações do mundo das ideias culminar em uma ação de perseguição e, muitas vezes, violência. Segundo Cardoso,

Dos diversos sentidos que o termo tolerância adquiriu na modernidade, sobressai um ponto comum: a relação de superioridade e inferioridade entre duas culturas e, portanto, a visão evolucionista e de progresso com sentido único. É o que chamamos de predominância da identidade sobre a diversidade. Quanto à desigualdade, esta é considerada natural, circunstancial ou de responsabilidade de quem se encontra numa posição inferior. Não se relaciona a desigualdade social com o processo de dominação do outro. (CARDOSO, 2003, p. 135-136).

É possível perceber no País cada vez mais ações de intolerância, principalmente religiosa, em que grupos majoritariamente cristãos estão atuando contra grupos de religiões de matriz africana, islâmicos, xamânicos e outras minorias como é possível perceber nas notas e nos *prints* sobre algumas matérias destacadas na mídia e na fala do Ministério Público do Rio de Janeiro, todos localizados abaixo:

A intolerância religiosa representa, certamente, um dos problemas mais delicados em nosso planeta, onde o fanatismo religioso, tão entranhado em milhões de pessoas, conduz umas a realizarem, contra as outras, verdadeiras guerras, em nome, supostamente, de sua religião, como se fosse possível estabelecer, com isso, qual a religião "estaria com a razão". A questão é tormentosa e envolve o ser humano em sua mais pura essência, na medida em que são colocadas em jogo sua consciência e crença.

Podemos citar a falta de bom senso e de respeito mínimo à diversidade como fatores que criam e fortalecem as situações de caos e violência vistas em todo canto do mundo, inclusive em nosso país, decorrentes de divergências que levam um ser humano, inconformado com a consciência e a crença esposadas por outro ser humano, a tentar impor-lhe a sua própria consciência e crença, o que se afigura absurdo desmotivado, inútil e ofensor à liberdade fundamental de cada pessoa.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso VI, preceitua que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Podemos observar na figura 01, uma matéria destacada no site G1, que Muçulmanos estão sendo vítimas de intolerância Religiosa no Rio de Janeiro.

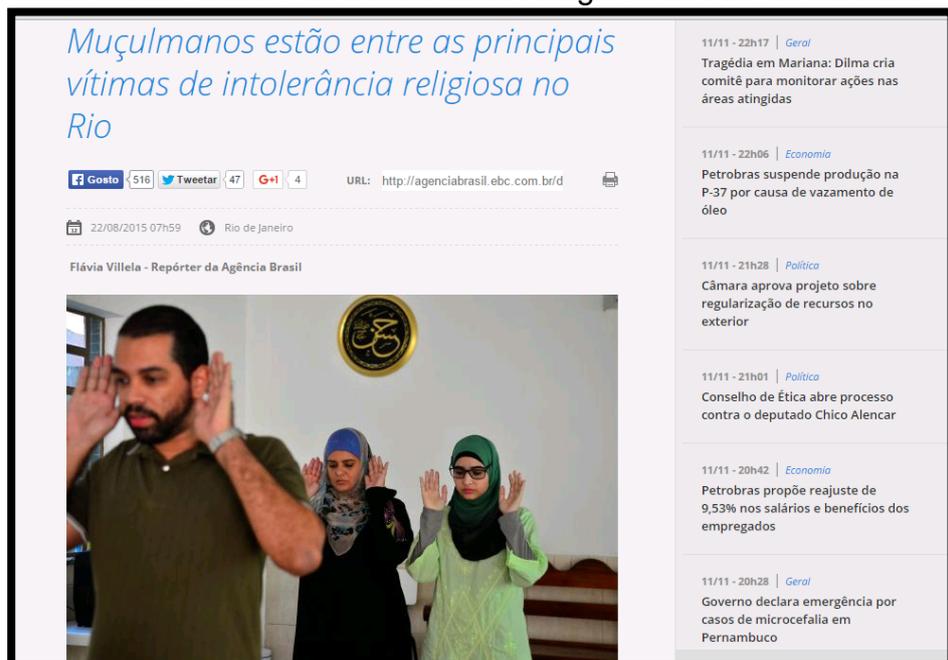


Figura 1. Fonte: arquivo da pesquisadora.

Porém, foi observado que acontecimentos de Intolerância Religiosa têm ocorrido principalmente com as religiões de origem africana. Nas figuras 2 e 3 abaixo foram retirados das reportagens realizadas pela RBA e pela BBC e nos apontam situações atuais que comprometem a paz na sociedade brasileira.



Figura 2. Fonte: arquivo da pesquisadora.



Figura 3. Fonte: arquivo da pesquisadora.

Na figura 04 mostra que falta de respeito pela diversidade cultural presente no País, leva adolescentes ao ato de violência no ambiente escolar, fica evidente que o espaço destinado a educação está sendo marcado pelo preconceito e discriminação.



Figura 4. Fonte: arquivo da pesquisadora.

Um caminho para que ocorra o combate a intolerância e, desta forma agir para que a diversidade seja respeitada é a educação. No módulo 01 da plataforma de especialização, tive contato com o texto da autora Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino sobre *Diversidade cultural, singularidade e processos de desenvolvimento e aprendizagem* em que uma das definições de educação me tocou:

“A educação consiste num processo de humanização, de socialização e entrada numa cultura, e de singularização.”

A educação é um processo contínuo de internalização de processos culturais, sociais e históricos, em que todos e todas estão em construção e reconstrução de seus conceitos, de uma identidade individual e coletiva. Somos seres sócio-histórico-culturais e vivemos a concretude das relações humanas. E é no microcosmo social chamado escola que todo esse processo de internalização ocorre com maior força.

A educação as crianças, os jovens, os adultos e os idosos encontram em toda parte: aprender o uso de uma ferramenta, os valores morais, o respeito a determinadas regras, enfim, são apreendidos em toda parte, enquanto na escola

ocorre o processo de aprendizagem escolar, que não mais que um processo de construção de conhecimento, que se dá na escola, a partir do encontro de educadores e alunos, que entram em contato com a produção de gerações passadas, no campo das artes, da filosofia, das ciências, da literatura.

Dessa forma, percebo que a escola é o local para a construção do conhecimento, da tolerância e do respeito. É na escola que as crianças e adolescentes convivem com a diversidade de várias maneiras, tais como sociais, econômicas, culturais e religiosas, tornando o ambiente escolar o lugar ideal para a formação das bases e uma cultura de Paz, de tolerância e respeito. A luta pela construção de uma cultura da paz deve começar pela conscientização de crianças e adolescentes no respeito ao próximo.

De acordo com Freire (2015):

A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica este inédito-viável. A educação pelo diálogo que forma homens e mulheres na e voltada para cultura da Paz, da solidariedade, da fraternidade, e da libertação humana.

Para Paulo Freire a cultura para paz pode ser criada no dia a dia, sendo construída incessantemente, sempre na luta pela constituição dos direitos fundamentais e na luta pela inclusão de todos e todas, em todos os seus sentidos. Nesse sentido, a educação para uma cultura de paz de tomar os contornos de uma forma de resistência às formas de opressão e de capacitação das pessoas ao livre pensamento, pois é o pensamento que romperá com a ignorância das intolerâncias.

Cultura da paz é entendida aqui como uma ação que

envolve dotar as crianças e os adultos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz pode ser uma resposta a diversos tratados, mas tem de procurar soluções que advenham de dentro da (s) sociedade (s) e não impostas do exterior (DUPRAT, 2002: p. 91)

Falar de violência e de como ela assola o dia a dia de crianças, adolescentes e adultos não é o tema principal, mas sim, construir uma cultura de paz, e realizar

um esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas, no sentido de promover a paz. Não que a violência será esquecida ou abafada, escanteada. Não. Ela está presente no dia a dia, porém, o sentido do discurso, é outro, isto é, o discurso da cultura da paz é um discurso que anuncia os valores humanos que decantam a paz. A violência já está bastante denunciada, e quanto mais se fala dela, mais sua existência em nosso meio social se torna comum e corriqueira, tornando as pessoas frias, distantes e “anestesiadas”.

Segundo Duprat, é

no entrelaçamento paz – desenvolvimento – direitos humanos – democracia, que podemos vislumbrar a Educação para a Paz. ... Um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente, fundamentado no conceito de paz positiva e na perspectiva criativa do conflito, como elementos significantes e definidores, e que, através da aplicação de enfoques sócio-afetivos e problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura de paz, que ajude as pessoas a desvelar criticamente a realidade para poder situar-se frente a ela e, conseqüentemente, atuar. (DUPRAT, 2002: p. 92)

Nesse sentido é que a atual ação de intervenção se encaixa, isto é, como uma ação que visa promover os direitos humanos, o desenvolvimento do pensamento crítico do respeito para constituição de uma Educação para paz. Assim, a ação interventiva visa utilizar outras formas de se relacionar, de atuar e participar dos adolescentes e crianças, ocorrendo uma leitura nova e positiva da bagagem pessoal que cada um traz de suas vivências.

METODOLOGIA

A base metodológica deste trabalho é denominada pesquisa-ação, tendo como fonte o teórico René Barbier.

Para esse autor, a pesquisa-ação é uma forma de realizar uma pesquisa em que se rompe a barreira do sujeito e do pesquisador, de forma que o pesquisador é integrante ativo da pesquisa, sendo afetado por ela e tendo de relatar tais mudanças. Passa a ser um sujeito verdadeiramente ativo na pesquisa. É uma atividade para compreender os grupos sociais por eles mesmos e, com isto, transformar suas condutas em uma ação transformadora.

Para Barbier,

a pesquisa clássica utiliza a estatística para verificar a correlação entre variáveis. Se a análise for qualitativa, ela é desde o início complexa e reservada somente aos profissionais da pesquisa. Isso também ocorre com a interpretação feita de modo isolado. Na pesquisa-ação, a interpretação e a análise são o produto de discussões de grupo. Isso exige uma linguagem acessível a todos. O traço principal da pesquisa-ação – a opinião – impõe à comunicação dos resultados da investigação a análise de suas reações. (BARBIER, 2013, p. 55).

É sob a perspectiva metodológica da pesquisa-ação que desenvolvo o atual trabalho.

INTERVENÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Ação Interventiva

A proposta de intervenção sobre intolerância religiosa no ambiente escolar, inicialmente foi planejada na escola CEM 404 de Santa Maria, foram realizadas duas reuniões com o diretor Ricardo Rocha e o professor de sociologia Marcos, onde foram planejadas as seguintes intervenções com a turma do 3º ano “A” do Ensino Médio:

1. No primeiro momento, seria realizada uma breve introdução feita sobre a temática e aplicaria uma redação.
2. No segundo momento, seria uma palestra acerca do tema, direcionada pelo padre Antônio Piber, o padrinho xamanista Darci Feitosa, um pastor evangélico, e um espírita.
3. No terceiro momento, seria aplicada nova redação que seria comparada com a primeira, com objetivo de avaliar mudança de paradigmas após a palestra.

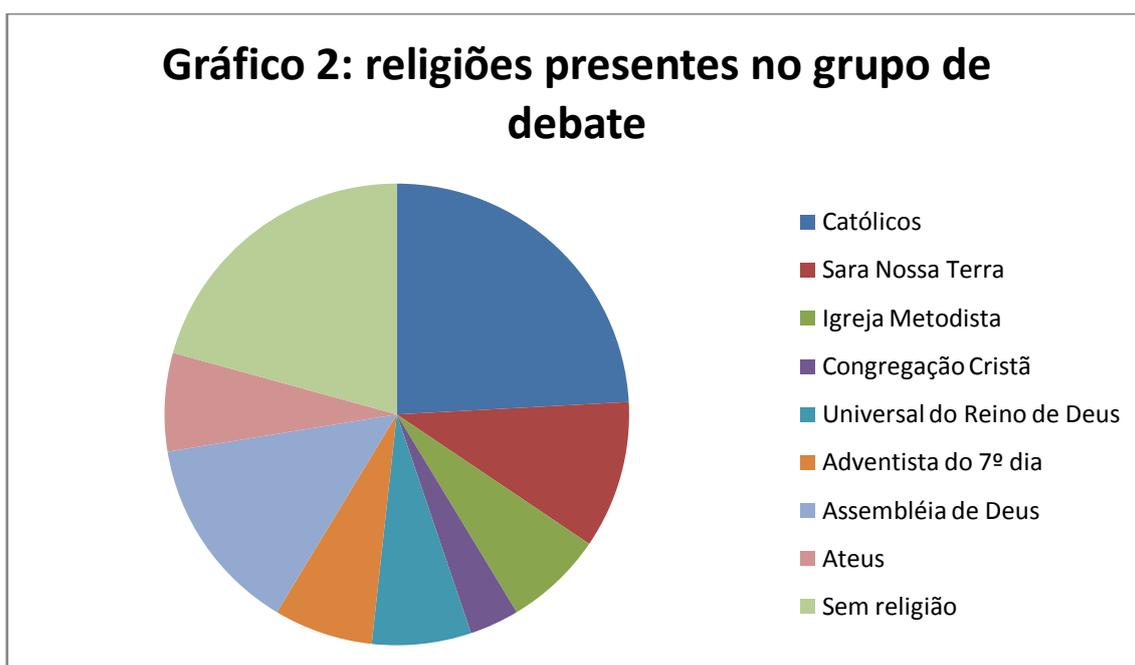
Porém, devido à dificuldade institucional em acrescentar o projeto no cronograma escolar, a proposta foi alterada, e a ação interventiva foi proposta na escola CEF 05 do Paranoá. No planejamento, o objetivo deste trabalho foi alterado para uma ação interventiva preventiva, já que o diretor Eric Sales, desconhecia qualquer ato de intolerância religiosa na instituição, desse modo, buscamos com a ação, prevenir que essa atitude de desrespeito tão atual na sociedade, se torne presente naquele ambiente.

Foi realizado o planejamento em conjunto com o diretor da escola:

1. Grupo de debate com as turmas do 9º ano “D” e “L”, entre as faixas etárias de 15 a 17 anos.
2. Apresentação do vídeo “Você sabe o que é intolerância religiosa?” para introduzir o assunto.
3. Escuta sobre as religiões freqüentadas pelos alunos das turmas e as opiniões sobre o tema.
4. Relatos de acontecimentos atuais de casos de violência gerados pela intolerância religiosa.

5. Levantamento de estratégias de combate a intolerância religiosa.
6. Confeção de cartazes para conscientizar os outros estudantes da escola, e exposição dos mesmos pelos corredores.

A ação interventiva preventiva ocorreu conforme o planejado, no dia 21 de outubro de 2015, as 09:00 no CEF 05 do Paranoá. Os alunos foram chegando e se organizando em círculo no auditório, quando todos estavam acomodados foi apresentada a proposta daquele momento, e esclarecidos os principais motivos de se trabalhar sobre o tema. Foi exposto o vídeo que traz acontecimentos atuais com relatos de vítimas de intolerância religiosa, e conscientiza para nossa responsabilidade sobre o combate às atitudes preconceituosas. Durante esse momento, foi possível observar o espanto de alguns alunos ao se depararem com a realidade. Ao término do vídeo, foi iniciado o debate com o levantamento das religiões presentes no grupo, é possível observar a seguinte composição:



No debate, foi possível notar a participação e o interesse pelo tema, embora a maioria do grupo seja composta por cristãos, o que denota uma visão comum de religião, os alunos trouxeram relatos de intolerância religiosa que presenciaram, inclusive como autores:

*“teve uma vez que chamei meu primo que é espírita de macumbeiro...”
(Aluna A, 16 anos).*



Figura 5. Fonte: arquivo da pesquisadora.

Esse aluno relatou que modificou sua visão, quando se permitiu conhecer a religião do primo, o que interferiu na sua visão sobre diversidade religiosa, passando a respeitar todas àquelas diferentes do catolicismo, sua religião. Como afirma Pequeno 2013, o sujeito tem o direito de ser diferente e nós precisamos

aceitar que estas diferenças existem independentes da nossa aceitação.

Os alunos demonstraram certa curiosidade sobre outros rituais religiosos, mas apenas um aluno afirmou interesse em conhecer o Taoísmo, que é uma religião oriental. Os demais se sentem realizados no atual segmento religioso, não se entusiasmando com a possibilidade de experimentar outro culto.

Sobre as aulas de Ensino Religioso na escola, todos afirmaram sua importância, pois é um espaço de conhecimento sobre o processo histórico e sociológico das religiões, diminuindo assim, o preconceito sobre as religiões.

Uma participante afirmou que foi vítima de intolerância religiosa, mas não se sentiu confortável para compartilhar o acontecimento com o grupo, foi observada a angústia durante o debate, o que podemos supor uma situação traumatizante.

O professor Eric também participou do debate, e compartilhou seus conhecimentos sobre a temática, descrevendo sobre as diversas religiões presentes no Brasil, bem como os acontecimentos históricos marcados pela intolerância Religiosa.



Figura 6. Fonte: arquivo da pesquisadora.

Em seguida, foi solicitado para que os alunos formassem grupos e confeccionassem cartazes, conscientizando a escola sobre o combate a intolerância religiosa, que foram fixados na entrada da escola.



Figura 7. Fonte: arquivo da pesquisadora.



Figura 8. Fonte: arquivo da pesquisadora.



Figura 9. Fonte: arquivo da pesquisadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste curso pude aprender muito, principalmente se considerar que não atuo em sala de aula, mas fora, como psicóloga. Com este curso pude ter contato com uma realizada que escapa entre os dedos da sociedade e, para muitos, é simplesmente reproduzir conhecimento. O dia a dia de uma escola, de uma sala de aula é, atualmente, o de mediação de conflitos e ensino de valores.

Passar uma cultura da paz para os alunos e alunas é primordial, de forma a romper com o ciclo de violência em que estão inseridos. Para que isso ocorra percebi o quão importante é a formação continuada do professor, principalmente na mediação de conflitos e no modo de agir. Muitos, como proteção reagem aos alunos com violência, verbal ou simbólica, o que resulta em uma resposta de violência dos alunos. A preparação do professor é primordial para romper esse ciclo.

Pesquisar sobre o tema Intolerância Religiosa foi uma escolha na qual considerei minha experiência pessoal, mas que eu gostaria de inserir o conhecimento na minha prática profissional, afinal, após realizar este trabalho pude notar o quanto as pessoas sofrem pela discriminação religiosa, muitos adolescentes freqüentam igrejas escolhidas pelos pais e não exercem seu direito de liberdade de crenças disposto no Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pude perceber durante a pesquisa e a ação interventiva preventiva o quanto está arraigado a discriminação por falta de conhecimento do outro, sendo possível perceber essa afirmação nos depoimentos dos alunos e alunas que participaram da palestra e da confecção de material contra a intolerância religiosa. É muito gratificante trabalhar com o pensamento de prevenir que alguma atitude de violência ocorra devido à intolerância, é necessário evitar que as pessoas se desrespeitem, e ações como estas levam a reflexão prévia. Um dos casos que mais chamou atenção foi o do aluno A, evangélico, que respondeu que já havia xingado e jogado pedra em pessoas espíritas, pois as consideravam seguidoras do diabo. Contudo, quando um dos primos disse ser espírita e explico o que é a religião, o aluno A passou a respeitar, notando quão imaturas foram suas ações anteriores.

Estamos, todos, passando por momentos que ações que pregam a cultura da paz e da tolerância são urgentes, considerando a onda ultraconservadora que

aponta no horizonte. Devemos estar prontos para responder a essa onda com amor e com tolerância, pois se a resposta for baseada na violência alimentaremos o ciclo de violência que se perpetuará continuamente.

O objetivo geral deste trabalho foi alcançado, porém, gostaria de ter aprofundado melhor na temática, desenvolvendo ações mais elaboradas que englobem toda a escola, porém encontrei dificuldades tais como tempo e acontecimentos inesperados que não me permitiram desenvolver esta prática da forma como eu gostaria, mas a idéia continua para trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

Barbier, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de LucieDidio. Brasília: Liber Livro Editora, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

_____. **Constituição de 1824**.

Casamasso, Marco Aurélio L. **Estado, Igreja e liberdade Religiosa na “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824**. Trabalho Publicado no anais do XIX Encontro Nacional do COPEDI, Fortaleza-CE, junho 2010.

Candau, Vera M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em Direitos Humanos. IN **Revista Educação e Sociedade**, Vol. 33, jan-mar 2012.

Carreira, Denise. **Relatoria do Direito Humano à Educação. Informe preliminar, Missão Educação e Racismo no Brasil (2010)** Eixo: Intolerância Religiosa na Educação. Dhesca Brasil, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Culturais e Ambientais.

DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea**. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* [online]. 2002, vol.6, n.1, pp. 91-96.

Fischmann, Roseli. **Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz**. São Paulo: USP-SP/ Paidéia. 2001, pp. 67-77.

Jacinto, Jussara Maria Moreno. **Dignidade humana: princípio constitucional**. Curitiba: Juruá, 2009.

Mendonça, Antônio G. **República e pluralidade religiosa no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 59, p. 144-163, setembro/novembro, 2003.

Silva, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: impactos do neopentecotalismo no campo religioso afro brasileiro**. São paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2007, 388 pp.

Oliveira, Ivanilde Apoluceno de. **O pluralismo religioso e seus conflitos na educação popular: o olhar de educadores**. UEPA-PA. GT: Educação Popular nº06.